sede nesta localidade e composta das seguintes povoações: Marinha das Ondas, Gigante, Casal de S. Jorge, Casal do Seiça, Cagarata, Matos, Tojeira, Casal de S. Paio, Praia da Leirosa e Moinhos, pertencentes à freguesia do Lavos; e Marinha das Ondas, parte da Ribeira de Seiça, Matas; Acipreste e Cozinheiros, pertencentes à freguesia do Paião.

Art. 2.º O limite da freguesia será pelo norte uma recta a partir do Oceano 500 metros ao norte da Praia da Leirosa até encontrar no lugar de Acipreste a freguesia do Lourical, seguindo na direcção do sul até um poço que existe além dos Cozinheiros, próximo à estação do caminho de ferro do Lourical, e daqui para Oeste, até o mar, delimitando esta freguesia.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 21 de Março de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Vicente de Freitas—Manuel Rodrigues Júnior—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Agnelo Portela—António Maria de Bettencourt Rodrigues—Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa—Artur Ivens Ferraz—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.*

Decreto n.º 15:224

Tendo alguns cidadãos eleitores da freguesia de Sangalhos, do conselho de Anadia, representado no sentido de ser criada a freguesia de Amoreira da Gândara, do mesmo concelho, a qual seria constituída pelos lugares de Amoreira, Lapas, Madureira, Madureirinha, Relvada, Portouro, Ribeirinho e Ribeiro da Gândara e respectivos limites e ainda parte do lugar do Grou, que pertence à freguesia de Sangalhos;

Considerando que, com a criação da nova freguesia, que fica com mais de 800 habitantes, não sofre a freguesia de Sangalhos redução abaixo desse número;

Considerando que, pelo censo da população da freguesia de Sangalhos, conta esta 795 fogos com 3:179 habitantes;

Considerando que a nova freguesia, que é constituída por uma terça parte da de Sangalhos e deverá ficar com mais de 1:000 habitantes, dispõe dos meios necessários para se poder manter;

Considerando que com a pretendida criação da mencionada freguesia em nada é prejudicada a de Sangalhos, que fica com recursos necessários para ocorrer às suas despesas obrigatórias;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criada a freguesia de Amoreira da Gândara, do concelho de Anadia, a qual ficará constituída pelos lugares de Amoreiras, Lapas, Madureira, Madureirinha, Relvada, Portouro, Ribeirinho e Ribeiro da Gândara e respectivos limites; e ainda parte do lugar do Grou que pertence à freguesia de Sangalhos.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 21 de Março de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Vicente de Freitas—Manuel Rodrigues Júnior—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Agnelo Portela—António Maria de Bettencourt Rodrigues—Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa—Artur Ivens Ferraz—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.*

Decreto n.º 15:225

Atendendo ao que me foi solicitado pelo administrador do concelho de Vila Nova de Ourém, por intermédio do competente governador civil do distrito de Santarém, para que seja criada a freguesia de Alboritel;

Considerando que as razões que imperam em tal pedido justificam a necessidade da criação da mencionada freguesia;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criada no concelho de Vila Nova de Ourém a freguesia de Alboritel, com sede no lugar do mesmo nome, a qual deverá ser constituída pelos lugares de Alboritel, Togeira e Toucinhos.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 21 de Março de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Vicente de Freitas—Manuel Rodrigues Júnior—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Agnelo Portela—António Maria de Bettencourt Rodrigues—Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa—Artur Ivens Ferraz—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.*

Decreto n.º 15:226

Atendendo ao que foi representado pela grande maioria dos povos da Gondemaria e lugares próximos, da freguesia de Olival, concelho de Vila Nova de Ourém;

Considerando que o governador civil de Santarém informou favoravelmente e que é necessário atender à comodidade dos povos;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criada no concelho de Vila Nova de Ourém, distrito de Santarém, a freguesia de Gondemaria com sede na povoação do mesmo nome e constituída pelas povoações seguintes: Gondemaria, Fartaria, Cardiais, Santarém dos Tojos, Calçada, Outeiro da Calçada, Cidral e Soutaria, que serão desanexadas da freguesia do Olival; Casal da Bica e Areias do Favacal, que serão desanexadas da freguesia de Vila Nova de Ourém; e Escandarão, que será desanexada da freguesia de Ourém.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força

de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Govêrno da República, em 21 de Março de 1928.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Vicente de Freitas—Manuel Rodrigues Júnior—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Agnelo Portela—António Maria de Bettencourt Rodrigues—Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa—Artur Ivens Ferraz—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.*

Decreto n.º 15:227

Tendo em consideração o que expõe a comissão administrativa da Junta de Freguesia de Moçarria, do concelho de Santarém, no sentido de ser rectificada a lei n.º 1:287, de 12 de Julho de 1922, que criou aquela freguesia;

Atendendo a que tal petição constitui o sentir dos seus administrados;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criada no lugar de Moçarria, concelho de Santarém, uma nova freguesia, constituída por aquele lugar e pelos de Secorio e Vila Nova de Babeca, que para êsse efeito serão desanexados da freguesia das Abitureiras.

§ único. A freguesia de que se trata no presente artigo fica constituída pela área da antiga freguesia das Abitureiras que fica a sul da seguinte linha: Casal do Maio (da freguesia da Várzea, mas indicada para definir a linha), Cusmarias (exclusive), Moinho do Vitorino (inclusive), Pousios (inclusive), Cabeço da Choca (exclusive) e Forno da Cal (inclusive).

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Govêrno da República, em 21 de Março de 1928.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Vicente de Freitas—Manuel Rodrigues Júnior—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Agnelo Portela—António Maria de Bettencourt Rodrigues—Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa—Artur Ivens Ferraz—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.*

Decreto n.º 15:228

Tendo em vista o que foi representado pela Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, e a infermação favorável do governador civil de Viseu, ouvidas as entidades competentes do concelho de Nelas;

Atendendo ao grande desenvolvimento atingido pela povoação de Canas de Senhorim e pela povoação de Santar;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É elevada à categoria de vila, passando a denominar-se Canas da Beira, a povoação de Canas de

Senhorim, do concelho de Nelas, distrito de Viseu. É igualmente elevada à categoria de vila a povoação de Santar, do mesmo distrito e concelho.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Govêrno da República, em 21 de Março de 1928.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Vicente de Freitas—Manuel Rodrigues Júnior—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Agnelo Portela—António Maria de Bettencourt Rodrigues—Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa—Artur Ivens Ferraz—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.*

Decreto n.º 15:229

Tendo em vista a proposta apresentada pelo governador civil de Santarém;

Considerando que a povoação de Alcanhões tem já hoje uma população de 2:400 habitantes com mais de vinte estabelecimentos comerciais, duas escolas com uma população escolar superior a 400 crianças, caixa de crédito agrícola, uma importante fábrica de moagem, associação de bombeiros, etc.;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É elevada à categoria de vila a povoação de Alcanhões, do concelho e distrito de Santarém.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Govêrno da República, em 21 de Março de 1928.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Vicente de Freitas—Manuel Rodrigues Júnior—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Agnelo Portela—António Maria de Bettencourt Rodrigues—Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa—Artur Ivens Ferraz—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.*

Decreto n.º 15:230

Considerando que é necessário dotar a cidade das Caldas da Rainha com um serviço completo e perfeito de abastecimento de água canalizada aos domicílios, para consumo dos seus habitantes, serviços de rega, incêndio, higiene, etc.;

Considerando que é da máxima conveniência, em proveito da salubridade pública, que todos se utilizem de água pura e própria para consumo, reservando-se a água de poços ou cisternas para regas e outros usos em que não perigues a higiene;

Considerando que é necessário que do consumo da água canalizada pela Câmara Municipal resulte para esta uma receita indispensável à sustentação dos encargos provenientes das despesas feitas com aquele abastecimento;